

**EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NA ESCOLA INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ, EM
AQUIRAZ/CE¹**Kayro Rocha Galdino²
kayrorocha@outlook.com.brTereza Sandra Loiola Vasconcelos³
tereza.vasconcelos@uece.br**Introdução**

Um dos marcos para os povos indígenas foi o direito à Educação Diferenciada, um processo educativo que respeitasse as origens e raízes dos povos originários. Foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a partir de lutas, que estabeleceu aos povos indígenas o acesso a ter a sua escola diferenciada, que respeitasse as experiências e os saberes, as lutas e conquistas indígenas, diferentemente da Educação formal com raízes colonialistas.

A Educação Escolar Indígena foi uma das conquistas mais importantes para os povos originários devido a necessidade de respeitar as singularidades dos indígenas e tentar desconstruir os “ataques” e tentativas dos europeus em desarticulá-los, não respeitando seus modos de vida. Ao longo do tempo, o genocídio e o etnocídio sofridos pelos indígenas e a catequização que lhes foram impostas, negaram as particularidades que traziam consigo.

Assim, a busca dos povos indígenas pelo direito à uma Educação específica, definiu como um ato político e marcante a partir da organização e encorajamento pertinente nos povos originários. Depois da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no artigo 78 estabeleceu uma série de normativas educacionais voltadas aos territórios indígenas. Desse modo, o direito à Educação Escolar Indígena nasce como uma oportunidade de organização dos povos na luta e mobilização na garantia e conquistas de pautas que contribuam nas articulações do território.

¹ Artigo resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: “Mas é que eu vivo na mata, enterrado na areia e de pé no chão”: o ensino de Geografia na escola Indígena Jenipapo Kanindé, em Aquiraz/CE, defendido no ano de 2020 na Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tereza Sandra Loiola Vasconcelos.

² Secretaria de Educação de Aquiraz/SME-Aquiraz.

³ Universidade Estadual do Ceará – UECE

Nessa perspectiva, este trabalho discute as contribuições do ensino de Geografia para o território Jenipapo Kanindé e as contribuições do território para a Educação Geográfica, tendo como recorte espacial a Escola Indígena Jenipapo Kanindé (FIGURA 1), localizada no distrito de Jacaúna município de Aquiraz, estado do Ceará. A escola representa um dos grandes marcos para o povo Jenipapo Kanindé e assim, tem grande importância para o território, exercendo um papel de centralidade e ponto de encontro para a organização social e política da aldeia.

Figura 1 - Localização da Escola Indígena Jenipapo Kanindé, na Lagoa da Encantada, distrito de Jacaúna, em Aquiraz/CE



Fonte: Lima (2019)

O presente artigo traz na sua organização, alguns resultados e discussões acerca da contextualização da Educação Escolar Indígena no povo Jenipapo Kanindé, destacando a realidade e vivência, bem como as metodologias de ensino de Geografia e relação com a identidade indígena dos estudantes.

Para a realização deste trabalho foi realizada a revisão de literatura acerca dos conceitos pertinentes na pesquisa, como: a formação socioespacial com Santos (2002), Vasconcelos (2015). Lugar, paisagem e território com Kaercher (1997), Cavalcanti (2005); Educação Escolar Indígena e Educação Geográfica com Cavalcanti (2004) Munduruku (2009), Callai (2011), além de contribuições de Bezerra (1999), Silva (2011) acerca do povo Jenipapo Kanindé. Também foi realizado

levantamento documental que embasasse a construção da Educação Escolar Indígena.

Durante a construção da pesquisa foram realizadas visitas institucionais às instituições que resguardam a trajetória dos povos originários no Ceará, como o Instituto do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, a Biblioteca Municipal Governador Menezes Pimentel e ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza/CE.

Realizamos trabalhos de campo na aldeia Jenipapo Kanindé, principalmente na Escola Indígena Jenipapo Kanindé, durante os anos de 2019 e 2020. Nesta trajetória foi possível realizar aulas de campo com os (as) estudantes do Ensino Fundamental II. A pesquisa foi colaborativa e contou com a contribuição do povo Jenipapo Kanindé. Desenvolvemos, também, oficinas de cartografia escolar, rodas de conversas, com lideranças locais, professores (as), gestão escolar e estudantes, a fim de coletar dados e informações importantes para a construção da pesquisa e compartilhar experiências e vivências.

Por fim, desenvolvemos a parte escrita com os resultados obtidos ao longo do tempo, conciliando a teoria com a prática. Através das leituras realizadas foi possível acompanhar a trajetória da pesquisa com o engajamento social do território e dos seus protagonistas.

Educação Escolar Indígena

Os territórios indígenas carregam em suas histórias e trajetórias de resistência, frente à um processo de invasão e tentativas de dominação em quem foram e são submetidos. Com a chegada dos jesuítas, o processo de catequização assumia um papel de “calmaria” entre os considerados “selvagens” pelos europeus, como eram conhecidos os indígenas:

Os jesuítas os viam como criaturas de Deus e com direito de fazer parte do rebanho da igreja, enquanto para os colonos os índios serviriam somente para escravidão. É claro que não se pode esquecer o papel nefasto dos jesuítas na catequização indígena, concentrando as aldeias nas reduções, onde eram vítimas fáceis dos colonos e das doenças (RIBEIRO, 2006, p.86).

Desde o início da invasão das terras indígenas, se construía o extermínio cultural que os povos originários passariam. Desse modo, viram seus modos de vida, em perigo diante da invasão europeia que atribuíam aos jesuítas a missão de “educar

os índios”. O ensino seguiu uma orientação para a catequese religiosa e para a “civilização dos índios” considerados pelos colonizadores europeus como povos primitivos e selvagens. Nesse sentido, os saberes e organizações indígenas eram ignorados. Nessa concepção, Freire (2004, p. 16):

As primeiras escolas indígenas e não indígenas – centradas na catequese, ignoraram as instituições educativas indígenas e executaram uma política destinada a desarticular a identidade das etnias, descriminando suas línguas e culturas, que foram desconsideradas no processo educativo.

Após uma trajetória marcada por preconceito e desigualdade, os povos originários se organizaram para defenderem suas terras e terem uma Educação de qualidade, e que respeitasse as suas origens e tradições. Uma Educação voltada à “mãe terra”, dirigida aos povos indígenas. De acordo com Munduruku (2012, p. 222), “A própria abertura política ocorrida no início de 1980 foi fruto da mobilização popular. Desse momento histórico nossos povos também participaram de diferentes formas, e ainda hoje continuam participando”.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, sobretudo nos artigos 231 e 232 assegura-se aos territórios indígenas o reconhecimento e valorização dos povos originários às suas particularidades e identidade:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Desse modo, uma Educação que atendesse aos anseios dos povos originários, motivando-os a continuar no processo de resistência e em busca de conquistas que garantissem sua autonomia e desenvolvimento através da Educação. Conforme Luciano (2006, p.156):

A grande importância inicial da proposta de educação escolar indígena diferenciada, com educação intercultural e educação bilíngue ou plurilíngüe, foi ter trazido ideias e propostas concretas que alimentaram o ânimo, a motivação e a esperança dos professores e das lideranças indígenas emergentes.

Com a difusão das conquistas da Constituição Federal Brasileira de 1988, as escolas indígenas se distribuíram em algumas partes do país. Em 1990, no estado do Ceará, a luta dos povos originários ganhou força após as conquistas adquiridas em cenário nacional. O primeiro espaço para o ensino específico de crianças indígenas

surgiu no estado, no início da década de 1990 com a Escola Indígena do povo Tapeba, na Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará.

Hoje no Estado do Ceará, são 39 (trinta e nove) escolas estaduais de Educação Escolar Indígena, conforme dados da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), distribuídas nas 14 (quatorze) etnias espalhadas no território cearense, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Vale destacar que no Ceará, quem coordena e orienta a Educação Escolar Indígena é a Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional/Educação Escolar Indígena (CODIN).

O povo Jenipapo Kanindé, em Aquiraz inaugura em 2009, a Escola Indígena Jenipapo Kanindé após um intenso movimento de luta e articulação, porém, desde a década de 1980 o território já se organizava enquanto espaço educacional indígena.

Na Geografia o conceito de território precisa ser compreendido considerando o espaço geográfico, mostrando, assim, uma relação entre território e espaço. Assim, o território é um dos conceitos importantes para a Geografia, citando, também, paisagem, espaço e lugar. Ocorrendo uma relação entre eles e configurando as reproduções do espaço geográfico através da conexão desses conceitos.

Milton Santos (1985) traz discussões importantes para o entendimento do que é o território e suas dinâmicas no espaço. Santos (2002) aborda o quanto as reconfigurações do espaço mundial estão diretamente relacionadas ao território. Cada espaço com as suas particularidades e dinâmicas, porém estes espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, a natureza e o espaço geográfico.

Nessa perspectiva do conceito de território, discutimos a formação socioespacial cearense e do território Jenipapo Kanindé, localizado no município de Aquiraz/CE. A formação socioespacial, “que constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo” (SANTOS, 1990, p. 192). As lutas e mobilizações do povo Jenipapo Kanindé estão articuladas juntas ao processo de formação territorial cearense e na Aldeia Jenipapo Kanindé, continuando a se dinamizar com novas pautas e articulações.

A Educação Escolar Indígena no Povo Jenipapo Kanindé, em Aquiraz/CE

Os habitantes da Lagoa da Encantada, até a década de 1980, não eram organizados enquanto indígenas, ou seja, não tinha a consciência acerca da sua etnia. Sem organização, não haviam tido a necessidade de se estruturarem enquanto grupo.

Os moradores eram conhecidos pelas localidades vizinhas como os “Cabeludos da Encantada”, denominação que ganhou força em todo o município de Aquiraz, devido às características físicas destes.

Em 1995, houve o início da demanda pelo procedimento demarcatório da terra indígena dos Jenipapo-Kanindé e, nos anos seguintes, a mobilização pela posse definitiva da terra. Durante este período, a luta pela Educação foi uma das marcas da organização política e social dos Jenipapo Kanindé. A escola surge como possibilidade de reafirmar a identidade indígena e contribuir no processo de construção e oralidade dos saberes indígenas.

Antes da chegada da escola, a Educação escolar já existia, mas numa condição não-indígena, mesmo no início do processo de reconhecimento da terra, enquanto isso os estudantes, ao longo do tempo estudavam na escola da comunidade vizinha, na Praia do Iguape.

Os primeiros contatos com a Educação Escolar nascem para que os povos pudessem fortalecer a sua identidade e lutassem por um espaço com infraestrutura adequada e que pudesse abrigar a escola. No entanto, as primeiras experiências educacionais mesmo não formais que ocorreram debaixo das mangueiras do Tio Odorico, primeiro cacique do território, evidenciavam o quanto o território contribuiu para o ensino e ao mesmo tempo, como o ensino contribuiu. Foi o contato mais próximo com a natureza que fortaleceu e colaborou para o povo Jenipapo Kanindé reconhecer a sua importância na luta pelo território.

Em seguida, a escola é abrigada através de uma retomada em um prédio construído por Socorro Gurgel e Vitor Gurgel para a Associação Ocira Gurgel, a partir daí as aulas passam a ocorrer neste espaço que, atualmente, abriga o Museu e a Pousada Indígena Jenipapo Kanindé. Na ocasião, até antes de 2000, os professores eram não indígenas e ensinavam de modo muito semelhante à Educação dos brancos para as turmas até o Ensino Fundamental II. Os professores eram oriundos da Prefeitura Municipal de Aquiraz, que coordenava a Educação local, desde 1998. Os demais estudantes de outras turmas precisavam se deslocar a pé cerca de 6 (seis) quilômetros até a comunidade do Iguape, visto que não existia um transporte escolar para realizar o trajeto dos estudantes.

A partir de 2001, com a chegada do magistério indígena através do projeto Magistério Indígena Superior Intercultural dos povos Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anace (Misi-Pitakajá) que possibilitava o pedagógico e o nível

médio, o ensino passou a ser dirigido majoritariamente pelos professores indígenas do próprio território, iniciando, assim, de fato uma Educação Escolar Diferenciada.

A Escola Indígena Jenipapo Kanindé foi, então, reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará (CEC), com o ato de criação de nº 25.970, no dia 31.07.2000. Com o censo escolar sendo regido pelo município desde 2002, e com o Governo do Estado do Ceará reconhecendo o seu papel na Educação Escolar Indígena a partir de 2000, a Escola e as lideranças se viram na necessidade de transferirem o seu censo para o Estado, para serem beneficiados com a construção de um prédio voltado exclusivamente para a Escola Indígena Jenipapo Kanindé. Com a transferência, em 2006, o censo escolar passou a ser informado pela Rede Estadual de Educação e posteriormente o anúncio da obra, o grande marco para o povo Jenipapo Kanindé.

Em 2009 é inaugurada a Escola Indígena Jenipapo Kanindé (Figura 2), com um espaço voltado a espiritualidade e cultura do povo Jenipapo Kanindé. A escola conta com salas de aula amplas e arejadas, banheiros, pátio, espaço de alimentação, biblioteca e quadra poliesportiva. A escola tem um formato de um cocar, representando, assim, toda origem, raízes e culturas dos povos originários.

Figura 2 – Entrada da Escola Indígena Jenipapo Kanindé



Fonte: Rocha (2019).

A escola trouxe contribuições na luta e nas mobilizações do povo Jenipapo Kanindé, a partir do protagonismo dos estudantes com a construção da identidade indígena, e colaborando também no processo de ensino e aprendizagem na Geografia, através do contato estudante e natureza.

As possibilidades de Educação Geográfica com o povo Jenipapo Kanindé

O ensino de Geografia exerce um papel muito importante no processo de identidade dos estudantes, através das características da ciência geográfica contribuir para a presença e resistência dos rituais sagrados no território indígena. Além disso, a Geografia aproxima os (as) estudantes do seu cotidiano, na observação do seu lugar. Com isso, para o Ministério da Educação - MEC (2005, p. 126):

A geografia permite, assim, conhecer e explicar o mundo por meio do estudo do espaço geográfico levando em conta o que se vê – as paisagens; o que se sente e com que a pessoa se identifica – os lugares; e o que são Referências Bibliográficas significativas para os povos e os indivíduos, para conviver, trabalhar, e produzir sua cultura – os territórios.

Cavalcanti (2004, p.129) destaca que “[...] a geografia na escola deve estar então voltada para o estudo de conhecimentos trazidos pelos alunos”, reafirmando, assim, a importância da Geografia na escola indígena para a compreensão das dinâmicas socioespaciais.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) se volta nessa questão trazendo objetivos que a Geografia tem a realizar no ambiente escolar indígena, tais como conhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais; fortalecer a identidade cultural; orientar-se no espaço físico; reconhecer o lugar de vivência do povo e a relação entre a natureza e seus modos de vida e essa relação em outras realidades; refletir sobre as relações do povo indígena com os não-índios; refletir sobre possibilidades de melhoria ambiental no território indígena; conhecer e valorizar a história do lugar em que vive e viveu o seu povo ao longo da história; e dominar a linguagem cartográfica sabendo representar todos os conhecimentos anteriores (BRASIL, 2005, p. 231-232).

É no cotidiano dos estudantes que a Geografia consegue se estender e possibilitar aos sujeitos desbravar o território envolvendo-os como protagonistas na construção do conhecimento geográfico. Os professores indígenas atuam diretamente neste processo de valorização do território através das metodologias utilizadas no propósito de tornar o ensino de Geografia significativo.

Nas atividades propostas durante a construção da pesquisa aos estudantes do Ensino Fundamental II, eles deveriam demonstrar através de desenho os principais lugares do território segundo a visão deles e em outro momento, foi criada uma cartilha através de uma oficina de cartografia escolar, onde os estudantes representariam os principais lugares, tradições e rituais do território Jenipapo Kanindé.

Destacamos, também, a realização de aulas de campo guiadas pelo professor de Geografia do Ensino Fundamental II. Estivemos presentes nos pontos marcantes, lugares afetivos, desde a Lagoa da Encantada até o Morro do Urubu e em parte das trilhas do território Jenipapo Kanindé, entre eles a trilha do Tapuio, (Figura 3), um dos pontos delimitantes do território, cortado por uma extensa vegetação e findando com uma lagoa. Além disso, participamos juntamente aos estudantes das festas, atos e rituais da aldeia, as várias manifestações culturais como a Festa do Marco Vivo que celebra a demarcação do território e a Festa do Mocaroró foram acompanhadas de perto através da participação e engajamento.

Figura 3 – Lagoa do Tapuio

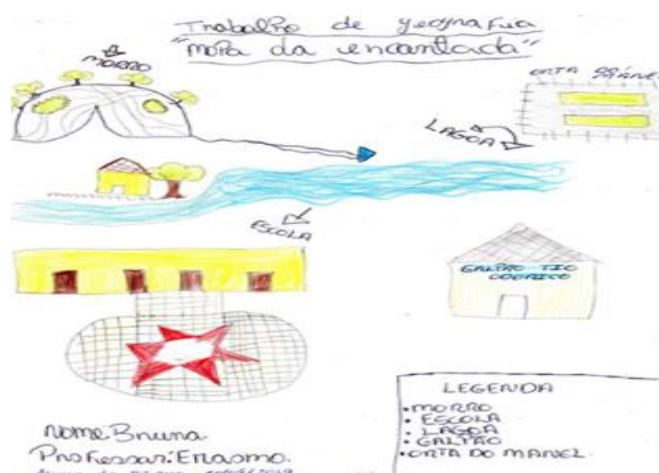


Fonte: Rocha (2019)

A própria localização da Escola Indígena Jenipapo Kanindé possibilita aos estudantes do Ensino Fundamental II se aproximarem da Geografia através do olhar atento as paisagens, aos lugares e as marcas que o território traz. A vista de dentro da sala contempla esses conceitos da Geografia. A presença do verde e dos morros que cortam o território Jenipapo Kanindé constrói uma relação estudante-ntureza. Neste sentido, a aula torna-se viva e atraente ao ser uma própria aula de campo dentro do próprio espaço físico da sala de aula sem muros e grades, o estudante observa a Geografia ao seu redor e como ela é.

A Educação Geográfica na Escola Indígena Jenipapo Kanindé é importante para entendermos como o território se dinamiza e como as relações do cotidiano são essenciais para compreender as contribuições da Geografia. Desse modo, os estudantes fazem a leitura do território Jenipapo Kanindé, conforme observamos da Figura 4 abaixo:

Figura 4 – Desenho com os marcos do território



Fonte: Silva (2019)

Observamos como a Geografia se enriquece com o território e quanto o estudante consegue compreender a dinamização do espaço e quais as particularidades estão inseridas nele a partir do ensino da Geografia, enquanto ciência de construção e observação. Conforme cita Callai (2005, p. 225),

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. Em linhas gerais, esse é o papel da geografia na escola.

Para contribuir com esse processo as metodologias de ensino de Geografia são importantes no engajamento e associação da teoria com a prática. Neste sentido, as aulas de campo são metodologias que proporcionam aos estudantes conhecer a sua terra e as dinamicidades existentes nela no cotidiano da aldeia.

O contato direto com a natureza, o “pisar” na areia e respirar o ar puro da aldeia fortalece ainda mais as contribuições da Geografia dentro do contexto da Educação Escolar Indígena na construção do conhecimento na própria natureza, fora das paredes de uma sala de aula. São os conceitos geográficos sentidos com intensidade e dinamicidade para a compreensão dos estudantes. A Geografia associada ao pertencimento e afetividade do território pode facilitar a compreensão dos elementos que compõe a dinâmica espacial por parte dos estudantes e proporcionar a construção da identidade indígena.

Considerações finais

Nas práticas de ensino de Geografia observamos o uso da relação dos conceitos geográficos no cotidiano dos estudantes, através de propostas de atividades e metodologias relacionadas ao povo Jenipapo Kanindé. Através de desenhos os estudantes demonstraram sua afetividade com o território e suas compreensões. Os desenhos produzidos pelos estudantes expressam o conhecimento que estes trazem consigo e a noção de qual contexto eles estão inseridos. Além disso, as aulas de campo foram metodologias aplicadas como possibilidade de aproximar ainda mais os estudantes com o território Indígena Jenipapo Kanindé, e estes puderem observar e analisar como se comporta os agentes e as dinâmicas da paisagem, além deles também se colocarem como protagonistas na preservação ambiental e cultural da aldeia Jenipapo Kanindé.

Portanto, a Geografia colabora junto ao território com as lutas e mobilizações a partir da identidade indígena e da compreensão da dinamicidade do espaço geográfico, como também é fortalecida pelo território que proporciona um entendimento e um enriquecimento da Geografia enquanto ciência, apresentando, assim, a diversidade, diferenças e identidades no ensino de Geografia.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ticiania de O. **Jenipapo-Kanindé: o ser índio através das histórias encantadas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - UECE, Fortaleza, 2004.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL, **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília 1988.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensino de Geografia e diversidade construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In.: CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: teoria e práticas docentes.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 66-78.

LUCIANO, Gersem Dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Via dos Saberes n.º 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, nº 54, 1977.